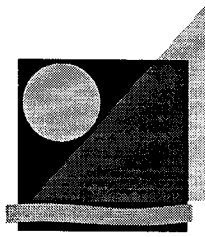
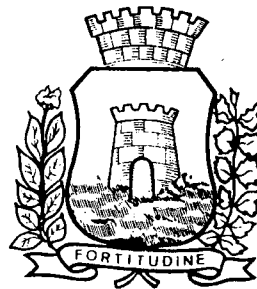


Lei : nº 7990 de 23.12.96
D.O.M: nº 11016 de 07.01.97



CÂMARA
MUNICIPAL
DE FORTALEZA

Trabalhando junto com o povo



DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

DATA 12 / 11 / 96

PROJETO DE LEI Nº 205/96

ASSUNTO Dispõe sobre a criação do Conselho Escolar
nas Escolas públicas Municipais do Município
de Fortaleza e dá outras providências.

VEREADOR Mentagem 0096

LEI Nº 7990 DE 23 / 12 / 96

DIOM Nº 11016 DE 07 / 01 / 97

ARQUIVO _____

DIGITALIZADO

EM: 16 / 10 / 00

Roberta Rebin
FUNCIONÁRIO



Lei: 079901996
Projeto: 02051996
Autor: PREFEITO MUNICIPAL
Assunto: CEP





FORTALEZA

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

ANO XLIV

FORTALEZA, 07 DE JANEIRO DE 1997

Nº 11016

PODER EXECUTIVO

LEI Nº 7990, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1996

Dispõe sobre a criação do Conselho Escolar nas escolas públicas municipais de Fortaleza e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI: CAPÍTULO I - CRIAÇÃO, NATUREZA E FINALIDADE. Art. 1º - Fica criado o Conselho Escolar nas escolas públicas municipais de Fortaleza. Art. 2º - O Conselho Escolar será um órgão colegiado de natureza jurídica, organização democrática, constituição paritária e participativa dos diversos segmentos da comunidade escolar. Art. 3º - O Conselho Escolar exercerá função de quatro natureza: consultiva, deliberativa, normativa e avaliativa. Parágrafo único - No exercício de sua função consultiva emitirá pareceres; de sua função deliberativa, deliberará, decidirá; de sua função normativa, expedirá normas; de sua função avaliativa, acompanhará e avaliará desempenhos, por iniciativa própria ou quando solicitado racionalmente, essas funções às ações e atividades administrativas, financeiras e psico-pedagógicas do projeto político-pedagógico da escola. Art. 4º - O Conselho Escolar desenvolverá ações concretas, no sentido de garantir a realização de uma política municipal de educação, consubstanciada, basicamente, em três vertentes: Universalidade, Qualidade e Equidade da educação básica. CAPÍTULO II - CONSTITUIÇÃO. Art. 5º - Constituir-se-á o Conselho Escolar de tantos quantos conselheiros efetivos desejar para assegurar o pleno exercício de suas funções, num total de membros, a critério de cada escola, correspondente aos quatro segmentos que constituem a comunidade escolar: professores, funcionários, alunos e pais de alunos. § 1º - Participará do Conselho Escolar, como conselheiro efetivo nato, o diretor da escola. § 2º - Para cada segmento citado, no mínimo, corresponderá um conselheiro suplente. § 3º - O vice-diretor da escola será o conselheiro nato, suplente do diretor. § 4º - A critério de cada escola, poderá o Conselho Escolar vir a se constituir de mais um segmento, e somente um, representativo da comunidade organizada em exercício no bairro onde a escola se situa. CAPÍTULO III - ELEIÇÃO. Art. 6º - Os conselheiros efetivos e suplentes serão eleitos por seus pares para um mandato de até 02 (dois) anos, sempre no segundo mês do ano letivo. § 1º - As escolas recém criadas elegerão seus conselheiros em até 01 (um) ano de seu funcionamento. § 2º - O Conselho Escolar elegerá entre os seus membros o Presidente e demais componentes de sua direção. CAPÍTULO IV - ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO. Art. 7º - A estrutura e o funcionamento do Conselho Escolar será objeto de seu regimento interno. Art. 8º - O exercício das funções de conselheiro não será remunerado, a qualquer título ou pretexto. Art. 9º - Os conselheiros poderão ser reconduzidos por um só mandato consecutivo e tantos alternados. Art. 10º - O Conselho Escolar se consubstanciará no exato cumprimento da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Município, do Estatuto do Servidor Público, do Estatuto do Magistério, do Regimento Escolar, do seu Regimento Interno e demais legislações pertinentes. Art. 11º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PALÁCIO DA CIDADE, em 23 de dezembro de 1996. Antonio Elbano Cambrala - PREFEITO MUNICIPAL.

*** *** ***

LEI Nº 7991, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1996

Dispõe sobre a criação do Conselho da Educação de Fortaleza - CEF e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI: CAPÍTULO I - NATUREZA E FINALIDADE. Art. 1º - O Conselho de Educação de Fortaleza - CEF - Órgão do Sistema Municipal de Ensino, terá funções normativa, consultiva, avaliativa e deliberativa. § 1º - Terá constituição paritária e participativa dos segmentos da sociedade civil, vinculados à educação, assegurada em qualquer hipótese sua autonomia administrativa e orçamentária. § 2º - Atuará no âmbito das Escolas Públicas Municipais, das Escolas Comunitárias e das Escolas Particulares conveniadas com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, abrangendo a educação infantil, o ensino fundamental e a educação de jovens e adultos. CAPÍTULO II - CONSTITUIÇÃO. Art. 2º - O Conselho de Educação de Fortaleza será constituído de 12 (doze) membros efetivos e respectivos suplentes, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida a recondução por igual período, com a seguinte composição: I - 06 (seis) representantes de Órgãos Públicos: a) um representante do Ministério da Educação e Cultura - DEMEC - CE; b) um representante da Universidade Federal do Ceará - UFC; c) um representante da Universidade Estadual do Ceará - UECE; d) um representante da Secretaria de Educação do Estado - SEDUC - CE; e) um representante da Secretaria de Educação e Cultura do Município - SEDUC - Fortaleza; f) um representante da Secretaria de Saúde do Município - SSM. II - 06 (seis) representantes da Sociedade Civil: a) um professor representante do Sindicato dos Professores da rede pública de ensino; b) um professor representante do Sindicato dos Professores da rede particular de ensino; c) um representante do Sindicato dos Estabelecimentos de ensino particular; d) um representante das escolas comunitárias de Fortaleza; e) um representante de pais de alunos das escolas da rede municipal de ensino, vinculado ao Conselho Escolar ou similar; f) um representante da Associação de Pais de Alunos do Estado do Ceará-APAEC. § 3º - Os Conselheiros representantes de órgãos públicos e sociedade civil deverão apresentar experiência comprovada de, no mínimo, dois anos na área educacional, exceto o representante de pais de alunos. § 4º - Os Conselheiros representantes do Sindicato da Rede Pública e do Sindicato da Rede Particular de Ensino deverão apresentar, no mínimo, dois anos de experiência comprovada como professor de ensino fundamental. § 5º - As Universidades Públicas de Fortaleza, a Delegacia do Ministério da Educação - DEMEC - CE e a Secretaria de Educação do Estado - SEDUC, indicarão os seus representantes. § 6º - Os Conselheiros representantes da Secretaria da Educação e Cultura do Município e da Secretaria de Saúde do Município e seus respectivos suplentes serão indicados pelo Prefeito, mediante indicação do Secretário de Educação e Cultura do Município e do Secretário de Saúde do Município, dentre os servidores em exercício nos referidos órgãos. § 7º - Os Conselheiros representantes das entidades da Sociedade Civil e suplentes ligados à educação serão indicados por suas respectivas entidades. § 8º - Os representantes do Poder Público permar-se-ão com a renovação do Executivo e Legislativo Municipais. § 9º - Os membros da Sociedade Civil terão seus mandatos renovados após concluídos os 02 (dois) primeiros anos de mandato do Executivo e Legislativo Municipais. CAPÍTULO III - COMPETÊNCIAS. Art. 10º - Compete ao Conselho de Educação de Fortaleza: I - elaborar e reformular seu Regimento; II - dispor sobre sua organização, funcionamento e política; III - elaborar sua proposta orçamentária, respeitando as normas gerais pertinentes à matéria; IV - aprovar o Plano Municipal de Educação e suas alterações; V - acompanhar e avaliar as políticas desenvolvidas pela Secretaria da Educação e Cultura do Município, de forma a garantir a transparência das ações; VI - adotar normas e medidas para organização e funcionamento da rede municipal de ensino e escolas comunitárias conveniadas com a Prefeitura Municipal de Fortaleza; VII - deliberar sobre os currículos elaborados pela Secretaria da Educação e Cultura do Município de Fortaleza, para as escolas integrantes do sistema municipal de ensino; VIII - aprovar e acompanhar planos e projetos de aplicação, de recursos para a educação, apresentados pela Administração Municipal para efeitos de concessão de auxílio financeiro parte do Estado, União e/ou Organismos Internacionais; IX - autorizar a organização de cursos ou escolas experimentais em estabelecimentos de ensino sob a jurisdição do município; X - promover e divulgar estudos e pesquisas sobre o Sistema Municipal de Ensino; XI - realizar estudos e pesquisas sobre a situação do ensino municipal com o apoio da Secretaria da Educação e Cultura do Município; XII - publicar anualmente a estatística e dados complementares do ensino municipal; XIII - propor modificações e medidas que objetivem a expansão e aperfeiçoamento do ensino; XIV - emitir parecer sobre a incorporação pelo município de estabelecimentos e instituições educacionais e sobre outras matérias dentro as suas competências; XV - promover sindicância e emitir parecer sobre matéria de sua competência nos estabelecimentos sujeitos a jurisdição municipal e aplicar as medidas correcionais adequadas; XVI - manter intercâmbio com os Conselhos Nacional e Estadual de Educação e Conselhos congêneres; XVII - Pronunciar-se sobre o regimento e calendário



**CÂMARA MUNICIPAL
DE FORTALEZA**

LEI Nº **7990**

DE

13

DE

Dezembro

DE 1996.

Dispõe sobre a criação do Conselho Escolar nas escolas públicas municipais de Fortaleza e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI :

**CAPÍTULO I
CRIAÇÃO, NATUREZA E FINALIDADE**

Art. 1º - Fica criado o Conselho Escolar nas escolas públicas municipais de Fortaleza.

Art. 2º - O Conselho Escolar será um órgão colegiado de natureza jurídica, organização democrática, constituição paritária e participativa dos diversos segmentos da comunidade escolar.

Art. 3º - O Conselho Escolar exercerá função de quatro natureza: consultiva, deliberativa, normativa e avaliativa.

Parágrafo único - No exercício de sua função consultiva emitirá pareceres; de sua função deliberativa, deliberará, decidirá; de sua função normativa, expedirá normas; de sua função avaliativa, acompanhará e avaliará desempenhos, por iniciativa própria ou quando solicitado, relacionadas, essas funções às ações e atividades administrativas, financeiras e psico-pedagógicas do projeto político-pedagógico da escola.

Art. 4º - O Conselho Escolar desenvolverá ações concretas, no sentido de garantir a realização de uma política municipal de educação, consubstanciada, basicamente, em três vertentes: Universalidade, Qualidade e Equidade da educação básica.

Amf

CAPÍTULO II CONSTITUIÇÃO

Art. 5º - Constituir-se-á o Conselho Escolar de tantos quantos conselheiros efetivos desejar para assegurar o pleno exercício de suas funções, num total de membros, a critério de cada escola, correspondente aos quatro segmentos que constituem a comunidade escolar: professores, funcionários, alunos e pais de alunos.

§ 1º - Participará do Conselho Escolar, como conselheiro efetivo nato, o diretor da escola.

§ 2º - Para cada segmento citado, no mínimo, corresponderá um conselheiro suplente.

§ 3º - O vice-diretor da escola será o conselheiro nato, suplente do diretor.

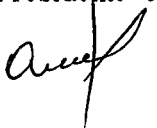
§ 4º - A critério de cada escola, poderá o Conselho Escolar vir a se constituir de mais um segmento, e somente um, representativo da comunidade organizada em exercício no bairro onde a escola se situa.

CAPÍTULO III ELEIÇÃO

Art. 6º - Os conselheiros efetivos e suplentes serão eleitos por seus pares para um mandato de até 02 (dois) anos, sempre no segundo mês do ano letivo.

§ 1º - As escolas recém criadas elegerão seus conselheiros em até 01 (um) ano de seu funcionamento.

§ 2º - O Conselho Escolar elegerá entre os seus membros o Presidente e demais componentes de sua direção.





CAPÍTULO IV ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Art. 7º - A estrutura e o funcionamento do Conselho Escolar será objeto de seu regimento interno.

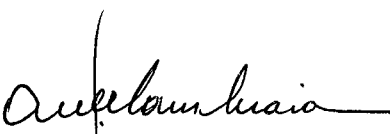
Art. 8º - O exercício das funções de conselheiro não será remunerado, a qualquer título ou pretexto.

Art. 9º - Os conselheiros pederão ser reconduzidos por um só mandato consecutivo e tantos alternados.

Art. 10 - O Conselho Escolar se consubstanciará no exato cumprimento da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Município, do Estatuto do Servidor Público, do Estatuto do Magistério, do Regimento Escolar, do seu Regimento Interno e demais legislações pertinentes.

Art. 11 - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio da Cidade, em 23 de dezembro de 1996.


Antonio Elbano Cambráia
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA

GABINETE DO PREFEITO

**A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

DATA: 13.11.96

[Signature]
Presidente

O PRESIDENTE DA COMISSÃO
DE LEGISLAÇÃO ENLAMINHA
O PROJETO DE LEI N.º 205, 96

PARA COMISSÃO TÉCNICA DE

Educação

EM: 18 / 11 / 96

Projeto de Lei nº 205 de 12 de novembro de 1996

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO
CONSELHO ESCOLAR NAS ESCOLAS
PÚBLICAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO
DE FORTALEZA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

Aprovado em 2ª. Discussão

Em 10 / 12 / 19 96

[Signature]
Presidente

COMISSÃO DE Educação
DESIGNO O VEREADOR Acilom
Souza COMO RELATOR
Em 20 / 11 / 96
[Signature]
Presidente

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORTALEZA, faço saber que a Câmara

Municipal aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

Em 10 / 12 / 19 96

[Signature]
Presidente

Aprovado em 1ª. Discussão

Em 05 / 12 / 19 96

[Signature]
Presidente

CAPÍTULO I

CRIAÇÃO, NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º - Fica criado o Conselho Escolar nas escolas públicas municipais do Município de Fortaleza.

Art. 2º - O Conselho Escolar será um órgão colegiado de natureza jurídica, organização democrática, constituição paritária e participativa dos diversos segmentos da Comunidade Escolar.

Art. 3º - O Conselho Escolar exercerá função de quatro natureza: consultiva, deliberativa, normativa e avaliativa.

Parágrafo Único: No exercício de sua função consultiva emitirá pareceres; de sua função deliberativa, deliberará, decidirá; de suas função normativa, expedirá normas; de sua função avaliativa, acompanhará e avaliará desempenhos, por iniciativa própria ou quando solicitado, relacionadas, essas funções às ações e atividades administrativas, financeiras e psico-pedagógicas do projeto político-pedagógico da escola.

Art. 4º - O Conselho Escolar desenvolverá ações concretas, no sentido de garantir a realização de uma Política Municipal de Educação, consubstanciada, basicamente, em três vertentes: Universalidade, Qualidade e Equidade da educação básica.

[Signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA

GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO II CONSTITUIÇÃO

Art. 5º - Constituir-se-á o Conselho Escolar de tantos quantos conselheiros efetivos desejar para assegurar o pleno exercício de suas funções, num total de membros, a critério de cada escola, correspondente aos quatro segmentos que constituem a Comunidade Escolar: professores, funcionários, alunos e pais de alunos.

§ 1º - Participará do Conselho Escolar, como conselheiro efetivo nato, o diretor da escola.

§ 2º - Para cada segmento citado, no mínimo, corresponderá um conselheiro suplente.

§ 3º - O vice-diretor da escola será o conselheiro nato, suplente do diretor.

§ 4º - A critério de cada escola, poderá o Conselho Escolar vir a se constituir de mais um segmento, e somente um, representativo da comunidade organizada em exercício no bairro onde a escola se situa.

CAPÍTULO III ELEIÇÃO

Art. 6º - Os conselheiros efetivos e suplentes serão eleitos por seus pares para um mandato de até (02) anos, sempre no segundo mês do ano letivo.

§ 1º - As escolas recém criadas elegerão seus conselheiros em até (01) um ano de seu funcionamento.

§ 2º - O Conselho Escolar elegerá entre seus membros o Presidente e demais componentes de sua direção.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO IV
ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Art. 7º - A estrutura e o funcionamento do Conselho Escolar será objeto de seu Regimento Interno.

Art. 8º - O exercício das funções de conselheiros não será remunerado, a qualquer título ou pretexto.

Art. 9º - Os conselheiros poderão ser reconduzidos por um só mandato consecutivo e tantos quantos alternados.

Art. 10 - O Conselho Escolar se consubstanciará no exato cumprimento da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Município, do Estatuto do Servidor Público, do Estatuto do Magistério, do Regimento Escolar, do seu Regimento Interno e demais legislações pertinentes.

Art. 11 - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrários.

Palácio da Cidade, em de 1996.

Antônio Elbano Cambraia
Prefeito Municipal de Fortaleza



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
GABINETE DO PREFEITO

Ao Departamento Legislativo

11/11/36

(Diretor Geral)

MENSAGEM Nº 0096

| | |
|--------------------------------------|------------------------------------|
| CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA | |
| PROTOCOLO | Nº. 665 |
| DATA: | 11, 07 DE NOVEMBRO DE 1936. |
| HORA: | 12:05 |
| Assessorio | |

Senhor Presidente,

Estamos, com muita satisfação, apresentando a Vossa Excelência, para a devida apreciação, o Projeto de Lei que "Dispõe sobre a Criação do Conselho Escolar nas escolas públicas municipais do Município de Fortaleza".

Esclarecemos, na oportunidade, ter sido o presente Projeto de Lei resultado de um esforço coletivo e participativo das comunidades das escolas públicas municipais do Município de Fortaleza.


Novamente, o Município, depois do instituto das eleições diretas para escolha dos diretores e vice-diretores, em 1991, parte na frente com a prática democrática de seus Conselhos Escolares.

Permita-nos ainda informar, que ao presente Anteprojeto, se antecederam três anos de efetivo e amplo processo de auto conscientização sobre os novos caminhos que a educação terá que percorrer.

Estamos pois certos de que a prática desses Conselhos Escolares se constituirá num rico instrumento de transparência das ações e atividade do projeto político--pedagógico de nossas escolas, substituindo o autoritarismo e o corporativismo pela autoridade coletiva em defesa do interesse público, da ética e da cidadania.

Sem mais os nossos sinceros protestos de elevada consideração e respeito.

Atenciosamente,

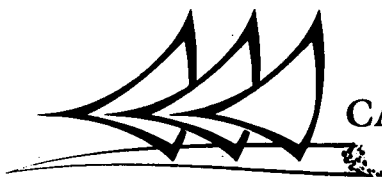

ANTONIO ELBANO CAMBRAIA
PREFEITO DE FORTALEZA

EXMO. SR.

VEREADOR LUIZ ÁTILA HOLANDA BEZERRA

MD: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

N E S T A



CÂMARA MUNICIPAL
DE FORTALEZA

A ORDEM DO DIA

05, 12, 1996

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Presidente

PARECER Nº 05 /96

AO PROJETO DE LEI Nº 0096/96 - MENSAGEM Nº 0096/96

O Prefeito Municipal apresentou o apenso Projeto de Lei que dispõe sobre a criação do Conselho Escolar nas escolas públicas municipais de Fortaleza.

A matéria em tela constitui um instrumento de transferência das ações e atividades, além de exercitar a prática democrática dentro da escola abrindo novos horizontes para a educação em nosso município.

Ante o exposto, somos favoráveis à sua aprovação.

SALA DAS SESSÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM 03 DE Dezembro DE 1996.

Presidente

Relator



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL DÁ A SEGUINTE REDAÇÃO
AO PROJETO DE LEI N° 205/96

APROVADO

13/12/96

Dispõe sobre a criação do Conselho Escolar nas escolas públicas municipais de Fortaleza e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA DECRETA:

A ORDEM DO DIA

13/12/96

Presidente

CAPÍTULO I CRIAÇÃO, NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º - Fica criado o Conselho Escolar nas escolas públicas municipais de Fortaleza.

Art. 2º - O Conselho Escolar será um órgão colegiado de natureza jurídica, organização democrática, constituição paritária e participativa dos diversos segmentos da comunidade escolar.

Art. 3º - O Conselho Escolar exercerá função de quatro natureza: consultiva, deliberativa, normativa e avaliativa.

Parágrafo único - No exercício de sua função consultiva emitirá pareceres; de sua função deliberativa, deliberará, decidirá; de sua função normativa, expedirá normas; de sua função avaliativa, acompanhará e avaliará desempenhos, por iniciativa própria ou quando solicitado, relacionadas, essas funções às ações e atividades administrativas, financeiras e psico-pedagógicas do projeto político-pedagógico da escola.

Art. 4º - O Conselho Escolar desenvolverá ações concretas, no sentido de garantir a realização de uma política municipal de educação, consubstanciada, basicamente, em três vertentes: Universalidade, Qualidade e Equidade da educação básica.

CAPÍTULO II CONSTITUIÇÃO

Art. 5º - Constituir-se-á o Conselho Escolar de tantos quantos conselheiros efetivos desejar para assegurar o pleno exercício de suas funções, num total de membros, a critério de cada escola, correspondente aos quatro segmentos que constituem a comunidade escolar: professores, funcionários, alunos e pais de alunos.

§ 1º - Participará do Conselho Escolar, como conselheiro efetivo nato, o diretor da escola.

§ 2º - Para cada segmento citado, no mínimo, corresponderá um conselheiro suplente.

§ 3º - O vice-diretor da escola será o conselheiro nato, suplente do diretor.

§ 4º - A critério de cada escola, poderá o Conselho Escolar vir a se constituir de mais um segmento, e somente um, representativo da comunidade organizada em exercício no bairro onde a escola se situa.

CAPÍTULO III ELEIÇÃO

Art. 6º - Os conselheiros efetivos e suplentes serão eleitos por seus pares para um mandato de até 02 (dois) anos, sempre no segundo mês do ano letivo.

§ 1º - As escolas recém criadas elegerão seus conselheiros em até 01 (um) ano de seu funcionamento.

§ 2º - O Conselho Escolar elegerá entre os seus membros o Presidente e demais componentes de sua direção.

CAPÍTULO IV
ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

Art. 7º - A estrutura e o funcionamento do Conselho Escolar será objeto de seu regimento interno.

Art. 8º - O exercício das funções de conselheiro não será remunerado, a qualquer título ou pretexto.


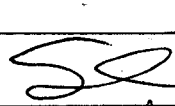
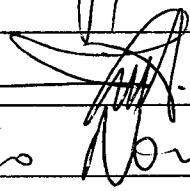
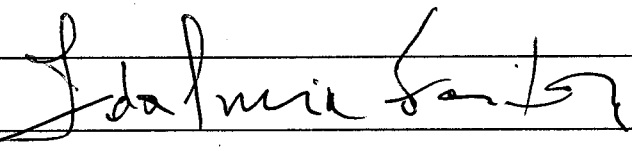
Art. 9º - Os conselheiros pederão ser reconduzidos por um só mandato consecutivo e tantos alternados.

Art. 10 - O Conselho Escolar se consubstanciará no exato cumprimento da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Município, do Estatuto do Servidor Público, do Estatuto do Magistério, do Regimento Escolar, do seu Regimento Interno e demais legislações pertinentes.

Art. 11 - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de
Fortaleza, em 11 de Dezembro de 1996.

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

OFÍCIO / DIEXP No. 2639 /96

Fortaleza, 13 de dezembro de 1996.

Senhor Prefeito,

Em cumprimento ao Art. 47, da Lei Orgânica do Município de Fortaleza, encaminhamos a Vossa Excelência, autógrafo de lei aprovado por esta Casa Legislativa que, "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE FORTALEZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Atenciosamente,


Vereador Luís Arila Bezerra
Presidente

Exmo. Sr.
Dr. Antônio Elbano Cambrata
Prefeito de Fortaleza
Nesta

Câmara Municipal de Fortaleza
PLENÁRIO JOSÉ BARROS DE ALENCAR

Sala das Comissões em
Folha de Votação

10 / 12 / 96 E 01
17 205

| Nº | VEREADOR | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | AUSENTE |
|-----|----------------------|-----|-----|-----------|---------|
| 1. | Acilon Gonçalves | | X | | |
| 2. | Adelmo Martins | | X | | |
| 3. | Agostinho Moreira | | X | | |
| 4. | Alberto Queiroz | | X | | |
| 5. | Antônio Silveira | | X | | |
| 6. | Atila Bezerra | | | | |
| 7. | Augusto Gonçalves | X | | | |
| 8. | Carlos Mesquita | | X | | |
| 9. | Cid Marconi | | | | |
| 10. | Durval Ferraz | | | | |
| 11. | Edgar Mendes | | X | | |
| 12. | Edmilson Fernandes | | | | |
| 13. | Emanuel Teles | | | | |
| 14. | Francisco Lopes | X | | | |
| 15. | Francisco Matias | | | | |
| 16. | Glauber Lacerda | | X | | |
| 17. | Heitor Ferrer | X | | | |
| 18. | Idalmir Feitosa | | X | | |
| 19. | Iraguassú Teixeira | | | | |
| 20. | José Carlos | | X | | |
| 21. | José Laureano | | | | |
| 22. | José Maria Couto | | | | |
| 23. | José Maria Pontes | | | | |
| 24. | João Pinheiro | | | | |
| 25. | Lucílio Grão | | X | | |
| 26. | Luís Florencio | | | | |
| 27. | Magaly Marques | | X | | |
| 28. | Mardônio Albuquerque | | | | |
| 29. | Maria José Oliveira | | | | |
| 30. | Martins Nogueira | | X | | |
| 31. | Moreira Leitão | | X | | |
| 32. | Narcílio Andrade | | X | | |
| 33. | Paulo Mindello | X | | | |
| 34. | Régis Benevides | | | | |
| 35. | Rosa da Fonseca | | | | |
| 36. | Sérgio Benevides | | | | |
| 37. | Sérgio Novais | X | | | |
| 38. | Severino Pires | | | | |
| 39. | Tadeu Fontes | X | X | | |
| 40. | Tadeu Nascimento | | | | |
| 41. | Torres de Melo | | | | |

REJEITADO
Em 10.12.96
17 7
PRESIDENTE

SUPLENTE EM EXERCÍCIO

| | | | | | |
|----|------------------|--|---|--|--|
| 1. | Tin Gomes | | | | |
| 2. | Wiillame Correia | | X | | |
| 3. | Moaceny Felix | | X | | |
| 4. | José Bezerra | | | | |

Sim
05

Não
18

Câmara Municipal de Fortaleza
PLENÁRIO JOSÉ WARRIOS DE ALENCAR

Sala das Comissões em
Folha de Votação

10 / 12 / 96 E 01
18 205

| Nº. | VEREADOR | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | AUSENTE |
|-----|----------------------|-----|-----|-----------|---------|
| 1. | Acilon Gonçalves | | X | | |
| 2. | Adelmo Martins | | X | | |
| 3. | Agostinho Moreira | | X | | |
| 4. | Alberto Queiroz | | X | | |
| 5. | Antônio Silveira | | X | | |
| 6. | Atila Bezerra | | | | |
| 7. | Augusto Gonçalves | X | | | |
| 8. | Carlos Mesquita | | X | | |
| 9. | Cid Marconi | | | | |
| 10. | Durval Ferraz | | | | |
| 11. | Edgar Mendes | | X | | |
| 12. | Edmilson Fernandes | | | | |
| 13. | Emanuel Teles | X | | | |
| 14. | Francisco Lopes | X | | | |
| 15. | Francisco Matias | | | | |
| 16. | Glauber Lacerda | | X | | |
| 17. | Heitor Ferrer | X | | | |
| 18. | Idalmir Feitosa | | X | | |
| 19. | Iraguassú Teixeira | | | | |
| 20. | José Carlos | | X | | |
| 21. | José Laureano | | | | |
| 22. | José Maria Couto | | | | |
| 23. | José Maria Pontes | | | | |
| 24. | João Pinheiro | | | | |
| 25. | Lucilvio Grão | | X | | |
| 26. | Luís Florencio | | | | |
| 27. | Magaly Marques | | X | | |
| 28. | Mardônio Albuquerque | | | | |
| 29. | Maria José Oliveira | | | | |
| 30. | Martins Nogueira | | X | | |
| 31. | Moreira Leitão | | X | | |
| 32. | Narcílio Andrade | | X | | |
| 33. | Paulo Mindello | X | | | |
| 34. | Régis Benevides | | | | |
| 35. | Rosa da Fonseca | | | | |
| 36. | Sérgio Benevides | | | | |
| 37. | Sérgio Novais | X | | | |
| 38. | Severino Pires | | | | |
| 39. | Tadeu Fontes | X | X | | |
| 40. | Tadeu Nascimento | | | | |
| 41. | Torres de Melo | | | | |

REJEITADO
Em 10 / 12 / 96
18 7
PRESIDENTE

SUPLENTE EM EXERCÍCIO

| | | | | | |
|----|-----------------|--|---|--|--|
| 1. | Tin Gomes | | | | |
| 2. | Willame Correia | | X | | |
| 3. | Moaceny Felix | | X | | |
| 4. | José Bezerra | | | | |

Sim
05
Não
18

Câmara Municipal de Fortaleza
PLENÁRIO JOSÉ BARROS DE ALENCAR

Sala das Comissões em

Folha de Votação

F-2
10 / 12 / 96 P/rot

| Nº. | VEREADOR | SIM | NAO | ABSTENÇÃO | AUSENTE |
|-----|----------------------|-----|-----|-----------|---------|
| 1. | Acilon Gonçalves | | X | | |
| 2. | Adelmo Martins | | X | | |
| 3. | Agostinho Moreira | | X | | |
| 4. | Alberto Queiroz | | X | | |
| 5. | Antônio Silveira | | X | | |
| 6. | Atila Bezerra | | | | |
| 7. | Augusto Gonçalves | X | | | |
| 8. | Carlos Mesquita | | X | | |
| 9. | Cid Marconi | X | | | |
| 10. | Durval Ferraz | | | | |
| 11. | Edgar Mendes | | X | | |
| 12. | Edmilson Fernandes | | | | |
| 13. | Emanuel Teles | | | | |
| 14. | Francisco Lopes | X | | | |
| 15. | Francisco Matias | | | | |
| 16. | Glauber Lacerda | | X | | |
| 17. | Heitor Ferrer | X | | | |
| 18. | Idalmir Feitosa | X | | | |
| 19. | Iraguassú Teixeira | | | | |
| 20. | José Carlos | | X | | |
| 21. | José Laureano | | | | |
| 22. | José Maria Couto | | | | |
| 23. | José Maria Pontes | | | | |
| 24. | João Pinheiro | | | | |
| 25. | Lucílio Grão | | X | | |
| 26. | Luís Florencio | | | | |
| 27. | Magaly Marques | | X | | |
| 28. | Mardônio Albuquerque | | | | |
| 29. | Maria José Oliveira | | | | |
| 30. | Martins Nogueira | | X | | |
| 31. | Moreira Leitão | | X | | |
| 32. | Narcílio Andrade | | X | | |
| 33. | Paulo Mindello | X | | | |
| 34. | Régis Benevides | | | | |
| 35. | Rosa da Fonseca | X | | | |
| 36. | Sérgio Benevides | | X | | |
| 37. | Sérgio Novais | | | | |
| 38. | Severino Pires | | | | |
| 39. | Tadeu Fontes | | | | |
| 40. | Tadeu Nascimento | | | | |
| 41. | Torres de Melo | | | | |

REJEITADO
Em 10.12.96
PRESIDENTE

SUPLENTE EM EXERCÍCIO

| | | | | | |
|----|-----------------|--|---|--|--|
| 1. | Tin Gomes | | | | |
| 2. | Willame Correia | | X | | |
| 3. | Moaceny Felix | | X | | |
| 4. | José Bezerra | | | | |

Sim
06
Não
17

Câmara Municipal de Fortaleza
PLENÁRIO JOSÉ BARROS DE ALENCAR

Sala das Comissões em

Folha de Votação

E-2
10 / 12 / 96 *P/prot*

| Nº | VEREADOR | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | AUSENTE |
|------------------------------|----------------------|-----|-----|-----------|---------|
| 1. | Acilon Gonçalves | | X | | |
| 2. | Adelmo Martins | | X | | |
| 3. | Agostinho Moreira | | X | | |
| 4. | Alberto Queiroz | | X | | |
| 5. | Antônio Silveira | | X | | |
| 6. | Atila Bezerra | | | | |
| 7. | Augusto Gonçalves | X | | | |
| 8. | Carlos Mesquita | | X | | |
| 9. | Cid Marconi | X | | | |
| 10. | Durval Ferraz | | | | |
| 11. | Edgar Mendes | | X | | |
| 12. | Edmilson Fernandes | | | | |
| 13. | Emanuel Teles | | | | |
| 14. | Francisco Lopes | X | | | |
| 15. | Francisco Matias | | | | |
| 16. | Glauber Lacerda | | X | | |
| 17. | Heitor Ferrer | X | | | |
| 18. | Idalmir Feitosa | X | | | |
| 19. | Iraguassú Teixeira | | | | |
| 20. | José Carlos | | X | | |
| 21. | José Laureano | | | | |
| 22. | José Maria Couto | | | | |
| 23. | José Maria Pontes | | | | |
| 24. | João Pinheiro | | | | |
| 25. | Lucilvio Grão | | X | | |
| 26. | Luís Florencio | | | | |
| 27. | Magaly Marques | | X | | |
| 28. | Mardônio Albuquerque | | | | |
| 29. | Maria José Oliveira | | | | |
| 30. | Martins Nogueira | | X | | |
| 31. | Moreira Leitão | | X | | |
| 32. | Narcilio Andrade | | X | | |
| 33. | Paulo Mindello | X | | | |
| 34. | Régis Benevides | | | | |
| 35. | Rosa da Fonseca | X | | | |
| 36. | Sérgio Benevides | | X | | |
| 37. | Sérgio Novais | | | | |
| 38. | Severino Pires | | | | |
| 39. | Tadeu Fontes | | | | |
| 40. | Tadeu Nascimento | | | | |
| 41. | Torres de Melo | | | | |
| SUPLENTE EM EXERCÍCIO | | | | | |
| 1. | Tin Gomes | | | | |
| 2. | Willame Correia | | X | | |
| 3. | Moaceny Felix | | X | | |
| 4. | José Bezerra | | | | |

REJEITADO
Em 10 / 12 / 96
[Assinatura]
PRESIDENTE

Sim
06
Não
17

Câmara Municipal de Fortaleza
PLENÁRIO JOSÉ BARROS DE ALENCAR

Sala das Comissões em _____/_____/____

Folha de Votação

E-03
H 205

| Nº. | VEREADOR | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | AUSENTE |
|-----|----------------------|-----|-----|-----------|---------|
| 1. | Acilon Gonçalves | | X | | |
| 2. | Adelmo Martins | | | X | |
| 3. | Agostinho Moreira | | X | | |
| 4. | Alberto Queiroz | | | | |
| 5. | Antônio Silveira | | | | |
| 6. | Atila Bezerra | | | | |
| 7. | Augusto Gonçalves | X | | | |
| 8. | Carlos Mesquita | | X | | |
| 9. | Cid Marconi | X | | | |
| 10. | Durval Ferraz | | | | |
| 11. | Edgar Mendes | | | | |
| 12. | Edmilson Fernandes | | X | | |
| 13. | Emanuel Teles | | | | |
| 14. | Francisco Lopes | X | | | |
| 15. | Francisco Matias | | | | |
| 16. | Glauber Lacerda | | X | | |
| 17. | Heitor Ferrer | X | | | |
| 18. | Idalmir Feitosa | X | | | |
| 19. | Iraguassú Teixeira | | | | |
| 20. | José Carlos | | X | | |
| 21. | José Laureano | | | | |
| 22. | José Maria Couto | | | | |
| 23. | José Maria Pontes | | | | |
| 24. | João Pinheiro | | | | |
| 25. | Lucilvio Grão | | X | | |
| 26. | Luís Florencio | | X | | |
| 27. | Magaly Marques | | X | | |
| 28. | Mardônio Albuquerque | | | | |
| 29. | Maria José Oliveira | | X | | |
| 30. | Martins Nogueira | | X | | |
| 31. | Moreira Leitão | X | | | |
| 32. | Narcílio Andrade | | X | | |
| 33. | Paulo Mindello | X | | | |
| 34. | Régis Benevides | | | | |
| 35. | Rosa da Fonseca | X | | | |
| 36. | Sérgio Benevides | | X | | |
| 37. | Sérgio Novais | X | | | |
| 38. | Severino Pires | | | | |
| 39. | Tadeu Fontes | | X | | |
| 40. | Tadeu Nascimento | | | | |
| 41. | Torres de Melo | | | | |

RECEBADO
Em 10 de 12 de 96
PRESIDENTE

SUPLENTE EM EXERCÍCIO

| | | | | | |
|----|-----------------|--|---|--|--|
| 1. | Tin Gomes | | | | |
| 2. | Willame Correia | | | | |
| 3. | Moaceny Felix | | X | | |
| 4. | José Bezerra | | | | |

Sim
09
Não
15
Abst.
01

Câmara Municipal de Fortaleza
PLANOJO JOSÉ BARROS DE ALENCAR

Sala das Comissões em

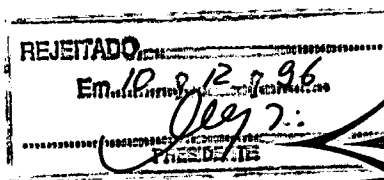
Folha de Votação

E-03
205

| Nº. | VEREADOR | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | AUSENTE |
|------------------------------|----------------------|-----|-----|-----------|---------|
| 1. | Acilon Gonçalves | | X | | |
| 2. | Adelmo Martins | | | X | |
| 3. | Agostinho Moreira | | X | | |
| 4. | Alberto Queiroz | | | | |
| 5. | Antônio Silveira | | | | |
| 6. | Atila Bezerra | | | | |
| 7. | Augusto Gonçalves | X | | | |
| 8. | Carlos Mesquita | | X | | |
| 9. | Cid Marconi | X | | | |
| 10. | Durval Ferraz | | | | |
| 11. | Edgar Mendes | | | | |
| 12. | Edmilson Fernandes | | X | | |
| 13. | Emanuel Teles | X | | | |
| 14. | Francisco Lopes | | | | |
| 15. | Francisco Matias | | | | |
| 16. | Glauber Lacerda | | X | | |
| 17. | Heitor Ferrer | X | | | |
| 18. | Idalmir Feitosa | X | | | |
| 19. | Iraguassú Teixeira | | | | |
| 20. | José Carlos | | X | | |
| 21. | José Laureano | | | | |
| 22. | José Maria Couto | | | | |
| 23. | José Maria Pontes | | | | |
| 24. | João Pinheiro | | | | |
| 25. | Lucilvio Grão | | X | | |
| 26. | Luís Florencio | | X | | |
| 27. | Magaly Marques | | X | | |
| 28. | Mardônio Albuquerque | | X | | |
| 29. | Maria José Oliveira | | X | | |
| 30. | Martins Nogueira | | X | | |
| 31. | Moreira Leitão | X | | | |
| 32. | Narcílio Andrade | | X | | |
| 33. | Paulo Mindello | X | | | |
| 34. | Régis Benevides | | | | |
| 35. | Rosa da Fonseca | X | | | |
| 36. | Sérgio Benevides | | X | | |
| 37. | Sérgio Novaes | X | | | |
| 38. | Severino Pires | | | | |
| 39. | Tadeu Fontes | | X | | |
| 40. | Tadeu Nascimento | | | | |
| 41. | Torres de Melo | | | | |
| SUPLENTE EM EXERCÍCIO | | | | | |
| 1. | Tin Gomes | | | | |
| 2. | Willame Correia | | | | |
| 3. | Moaceny Felix | | X | | |
| 4. | José Bezerra | | | | |

REJEITADO
Em 10.12.96
PRESIDENTE

Sim
09
Não
15
Abst.
01



CÂMARA MUNICIPAL
DE FORTALEZA

Aprovado em 2ª. Discussão

Em ____/____/19____

Presidente

EMENDA MODIFICATIVA Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 205/96.

O ARTIGO 2º PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

Em ____/____/19____

Presidente

ART. 2º- O Conselho Escolar será um órgão colegiado de natureza jurídica, organização democrática, constituição paritária e participativa dos diversos segmentos da Comunidade Escolar, e terá as seguintes atribuições:

I - Analisar, modificar, quando achar necessário, e aprovar o plano anual administrativo, educacional e financeiro elaborado pela direção da escola;

II - Criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade na definição do projeto político-administrativo pedagógico da escola;

III- Coordenar o processo de discussão para a elaboração ou alteração do regimento escolar;

IV - Convocar a assembléia geral da comunidade escolar ou de seus segmentos;

V - Propor, coordenar junto aos segmentos da comunidade escolar e aprovar alterações no currículo, respeitando a legislação educacional vigente;

VI - Adequar o calendário escolar municipal às necessidades da escola;

VII- Deliberar e/ou avaliar sobre as ações administrativa, pedagógica e financeira da escola pegando pela sua autonomia e dando, quando necessário, sugestões que possam aperfeiçoar a ação educacional.

§ 1º-... (parágrafo único do projeto original)

§ 2º- A autonomia financeira de que trata o parágrafo anterior refere-se ao gerenciamento e não à geração de recursos.

§ 3º- Das deliberações do Conselho caberá recurso à Assembléia Geral da Comunidade Educacional, que poderá ser convocada por metade mais um dos membros do Conselho ou por abaixo-assinado de 10% dos seus integrantes.

§ 4º- A Assembléia Geral dos segmentos da Comunidade Educacional a que se refere o Inciso IV deste artigo poderá ser convocada pelos seus respectivos representantes no Conselho Escolar ou por abaixo-assinado de, no mínimo, 10% dos seus membros.

§ 5º- As assembléias gerais a que se referem os parágrafos anteriores poderão também se realizar antes das deliberações do Conselho, de acordo com a necessidade e sua realização deverá contar com amplo apoio da Administração da Escola.

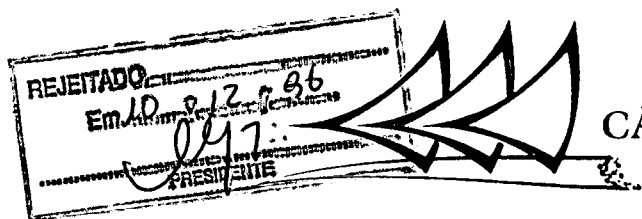
Departamento Legislativo da Câmara Municipal de Fortaleza, 06 de dezembro de

1996

VEREADORA ROSA FONSECA

Rua Antonele Bezerra, 280 - Fone (085) 244.8300 Fax: 261.3708 - Telex: 854087

Caixa Postal 5011 CEP 60.160-070 Fortaleza-Ceará



Aprovado em 2ª. Discussão
Em ____/____/19____

Presidente

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

Em ____/____/19

Presidente

§ 40- A votação acontecerá entre o 2º e o 3º mês do ano letivo.

Departamento Legislativo da Câmara Municipal de Fortaleza, de dezembro de 1996.

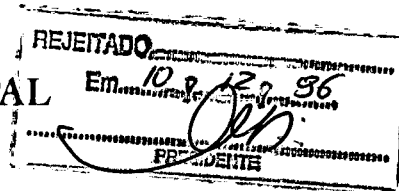
Rosa Fonseca
VEREADORA ROSA FONSECA
PART

~~also Vasey P.P.S.~~
~~VEREKA CIB MURRAY~~

María Proa
PUN. LEGISLATIVO
AS. 40-96



CÂMARA MUNICIPAL
DE FORTALEZA



EMENDA MODIFICATIVA Nº 03 AO PROJETO DE LEI Nº 205/96.

Aprovado em 2ª. Discussão

Em ____/____/19____

O ARTIGO 7º PASSA A TER A SEGUINTE REDAÇÃO:

Presidente

ART. 7º - A Estrutura e o funcionamento do Conselho Escolar serão objeto de seu estatuto a ser aprovado pela Assembléia Geral da Comunidade Escolar, (e).

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

Em ____/____/19____

Presidente

Rosa Fonseca
VEREADORA ROSA FONSECA-PART

PART

João Almeida
PSB

João Vaz - PP.S.
+ May

[Signature]

Augusto Boncalves

Augusto Boncalves - PT

Antônio Ferrer - PDT

Augusto Boncalves

Augusto Boncalves

[Signature]

[Signature]

[Signature]
06.12.96